



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS - BA

RUA DOUTOR VITAL SOARES, 268, 1º ANDAR, CENTRO
CEP:46500-000 - CNPJ Nº 13.782.461/0001-05

Macaúbas, 07 de julho de 2022.

Ofício nº 537/2022

De: Município de Macaúbas/BA – Prefeito – Aloísio Miguel Rebonato

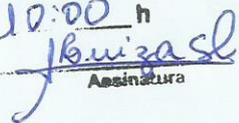
Para: Câmara Municipal de Macaúbas/BA – Presidente – Ver. Roberto Carlos Rocha

Exmo. Sr. Presidente,

Encaminho, em anexo, Projeto de Lei nº 187/2022, que Institui o Programa de Parcelamento de Débitos e Recuperação Fiscal (REFIS 2022) do Município de Macaúbas - Bahia, como abaixo se especifica e dá outras providências, para apreciação dessa douta Câmara de Vereadores.

Atenciosamente,


Aloísio Miguel Rebonato
Prefeito Municipal

Poder Legislativo de Macaúbas
Recebido em 12/07/2022
Às 10:00 h

Assinatura

PROJETO DE LEI Nº 187/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.

Câmara Municipal de Vereadores
Macaúbas - Bahia

PROTÓCOLO

Proc. nº 2.429 de 12 / 07 / 2022

Flaccio
Encarregado

"Institui o Programa de Parcelamento de Débitos e Recuperação Fiscal (REFIS 2022) do Município de Macaúbas - Bahia, como abaixo se especifica e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO FEDERADO DA BAHIA, no exercício das atribuições por Lei, aprova a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Parcelamento de Débitos e Recuperação Fiscal (REFIS 2022), destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários ocorridos até **31 de dezembro de 2021**, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por créditos tributários e não tributários os valores inscritos ou não em Dívida Ativa, em fase de cobrança Administrativa ou Judicial, a respeito dos quais não haja qualquer pendência de defesa administrativa ou de recurso judicial, inclusive os que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Art. 3º - O ingresso no REFIS 2022 possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, na forma definida na tabela abaixo:

Percentual de Desconto		
Forma de Pagamento	Juros	Multa de Mora
À Vista	100%	100%
Em 01 parcela	90%	90%
Em 02 parcelas	80%	80%
Em 03 parcelas	70%	70%
Em até 06 parcelas	60%	60%
Em até 10 parcelas	50%	50%

§1º - Se parcelado, o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 20,00 (vinte reais) para Pessoa Física e R\$ 80,00 (oitenta reais) para Pessoa Jurídica;

§2º - Os contribuintes com débitos tributários já parcelados, em negociações anteriores, poderão aderir ao REFIS 2022, deduzindo-se do número máximo fixado no caput deste artigo, o número de parcelas vencidas até a data de adesão.



§3º - Tratando-se de débitos tributários inscritos em dívida ativa, objeto de ação executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído com o comprovante de pagamento das custas judiciais, se for o caso, suspendendo-se a execução até a quitação do parcelamento.

§4º - O contribuinte que optar pelo pagamento do total do débito sem parcelamentos terá como vencimento o 1º (primeiro) dia útil subsequente ao ato da adesão ao REFIS 2022.

§5º - Para os contribuintes optantes por qualquer modalidade de parcelamento, a primeira parcela deverá ser paga tendo como vencimento o 1º (primeiro) dia útil subsequente ao ato de adesão e os seguintes contados 30 (trinta) dias após a adesão ao Programa.

§6º - A opção pelo REFIS 2022 importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 4º - A adesão ao REFIS 2022 implica:

I - Na confissão irrevogável e irretratável dos débitos e configura confissão Extrajudicial, nos termos dos Artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil Brasileiro;

II - Na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso Administrativo ou Judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

III - Na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;

IV - Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

V - No compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente e futuros;

VI - No pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

Art. 5º - O requerimento de adesão deverá ser apresentado:

I - Através de Formulário Próprio;

II - Distinto para cada tributo, com discriminação dos respectivos valores e números das ações executivas, quando existentes;

III - Assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes especiais; e,

§1º - instruído com:



- a) - Comprovante de pagamento das custas judiciais e honorários, no caso de execução fiscal, se for o caso;
- b) - Cópia do Contrato Social ou Estatuto, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis pela gestão da empresa;
- c) - Instrumento de mandato.

§2º - O Contribuinte que possuir ação judicial em curso, na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, deverá, como condição para valer-se das prerrogativas desta Lei, desistir da respectiva Ação Judicial ou Administrativa e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito no ato da adesão do parcelamento do REFIS 2022.

Art. 6º - Constitui causa para cancelamento e exclusão do contribuinte do REFIS 2022, com a conseqüente revogação do parcelamento:

- I - O atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas ou quatro parcelas alternadas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal;
- II - O descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;
- III - A decretação da falência do sujeito passivo, quando Pessoa Jurídica;
- IV - A cisão, fusão, incorporação ou transformação da Pessoa Jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecer estabelecida no Município e assumir a responsabilidade solidária ou não do REFIS 2022;
- V - A prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.
- VI - Propositura de qualquer medida judicial ou extrajudicial relativa aos débitos objeto do REFIS 2022;
- VII - Infração de qualquer das normas estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único - A exclusão das Pessoas Físicas e Jurídicas do REFIS 2022 Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.



Art. 7º - O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º - Os débitos fiscais consolidados pelo REFIS 2022 serão recolhidos ao Tesouro Municipal através de DAM para cobrança, emitido pelo Setor de Tributos Municipal, após a assinatura do Termos de Adesão ao Programa REFIS 2022.

Art. 9º - O prazo para adesão ao REFIS 2022 municipal é de 120 (cento e vinte) dias contados da sua publicação.

Art. 10 - Fica autorizado o Executivo Municipal, após esgotadas as possibilidades de cobrança amigável administrativa, mediante Parecer da Procuradoria Municipal, a proceder ao cancelamento dos débitos tributários e não tributários para com a Fazenda Municipal, inscritos ou não em Dívida Ativa e que estiverem prescritos na forma da legislação.

§1º - O cancelamento dos débitos na repartição competente da Fazenda Municipal, alcançarão aqueles em cobrança Administrativa e Judicial prescritos quando da distribuição da Ação de Execução Fiscal.

§2º - Fica também devidamente autorizada a Divisão de Contabilidade e Finanças, por suas unidades administrativas, a promoverem as baixas necessárias nos respectivos registros.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LEIA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macaúbas, em 07 de julho de 2022.



Aloísio Miguel Rebonato
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

Exmo. Presidente da Câmara Municipal Vereadores de Macaúbas.
MD Roberto Carlos Rocha.

Senhores Vereadores:

Submeto à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que ora é encaminhado a essa Casa Legislativa, o qual Institui o Programa de Parcelamento de Débitos e Recuperação Fiscal (REFIS 2022) do Município de Macaúbas - Bahia, criando condições especiais por tempo determinado para pagamento à vista ou parcelamento de créditos tributários, decorrentes de fatos geradores realizados até **31 de dezembro de 2021**.

A medida tem por finalidade propiciar e incentivar a população à regularização dos tributos, bem como viabilizar e aumentar o incremento da receita tributária do Município.

Diante do atual cenário econômico vivido em todo o país, com reflexos negativos sobre as finanças municipais, o Programa de Recuperação Fiscal 2022 visa a criar facilidades para o equacionamento de débitos e valores já inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.

Neste viés, o adimplemento, mesmo quando feito com 100% de desconto de juros e multa, instituto da anistia, traz sensível vantagem ao município, já que serve para diminuir a dívida ativa e o desconto não afetaria o montante principal e correção monetária.

Cabe lembrar que o presente Programa de Parcelamento de Débitos com a Fazenda Municipal - REFIS 2022, após aprovado, tem prazo de validade determinado de 120 (cento e vinte) dias.

Com base nas razões já expostas e buscando gerir com austeridade os recursos confiados ao Poder Público em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e recomendações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, encaminhamos o referido Projeto de Lei para apreciação e aprovação de Vossas Excelências.

Face ao exposto, na certeza de contar com o apoio na aprovação da inclusa propositura, aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Aloísio Miguel Rebonato
Prefeito Municipal